

## **Evasão escolar e andragogia na educação de jovens e adultos**

### **School dropout and andragogy in youth and adult education**

DOI:10.34117/bjdv7n4-658

Recebimento dos originais: 04/02/2021

Aceitação para publicação: 01/03/2021

**Izabel da Silva Formigosa**

Mestra em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales-  
FICS

#### **RESUMO**

O artigo apresenta estudos sobre evasão escolar e andragogia na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos. Os resultados foram obtidos através do uso dos métodos de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e abordagem descritiva, sendo selecionados estudos na base de dados de revistas indexadas que, por critério de inclusão, estivessem escritos em língua portuguesa, publicados entre 2010-2021 e que não contivessem somente o resumo. Os resultados elencam os principais motivos que levam os alunos adultos a deixarem de frequentar as aulas da EJA antes de concluir as etapas, e, abordam de que forma os professores podem utilizar a andragogia para lhes auxiliar a superar suas dificuldades no ambiente pedagógico. Chegou-se a conclusão de que o modelo andragógico é uma das estratégias de ensino para esse público, por desenvolver a aprendizagem a partir da vivência histórica e social estabelecida pelo aluno. Por isso, recomenda-se às autoridades educacionais que respeitem as políticas públicas educacionais e promovam formação continuada para professores, palestras motivacionais, bolsa estudantil e até mesmo empregos por meio de parcerias com empresas públicas e privadas.

**Palavras-Chave:** Evasão. Andragogia. Educação de Adultos.

#### **ABSTRACT**

The article presents studies on school dropout and andragogy in the Youth and Adult Education teaching modality. The results were obtained through the use of bibliographic research methods of a qualitative nature and descriptive approach, and studies were selected from the database of indexed journals that, by inclusion criteria, were written in Portuguese, published between 2010-2021 and that did not contained only the summary. The results list the main reasons that lead adult students to stop attending EJA classes before completing the stages, and address how teachers can use andragogy to help them overcome their difficulties in the pedagogical environment. It was concluded that the andragogical model is one of the teaching strategies for this audience, as it develops learning from the historical and social experience established by the student. For this reason, educational authorities are recommended to respect public educational policies and promote continuing training for teachers, motivational lectures, student scholarships and even jobs through partnerships with public and private companies.

**Keywords:** Evasion. Andragogy. Adult Education.

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo apresenta estudos sobre o tema “Evasão Escolar e Andragogia na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Proposta justificada pelo interesse em abordar a inserção de jovens e adultos na fase do aprendizado tardio. Sendo um estudo relevante sob variados enfoques, que se sucederam após a compreensão de questões relativas ao abandono escolar e suas causas na EJA.

A pesquisa foi relevante pela experiência da autoria em sala de aula; são mais de quatro décadas de acompanhamento das transformações que perpassam o ensino e a evasão escolar. São duas décadas do século XXI em que se evidenciou, no tempo de ensino, que as políticas educacionais ainda não conseguiram evitar o fracasso escolar e o analfabetismo funcional, aspectos que não são desejados na educação para todos estabelecida no art. 205 da Constituição Federal de 1988.

Acresça-se ainda que, o aluno da EJA possui histórico escolar acidentado, produto da trajetória de vida que lhes criou condições sociais de existência, que ao invés de promover aprendizado contribuiu ao desânimo e desmotivação por razões diversas que culminaram no abandono e no atraso. Para além do instrucional, o aprendizado é uma necessidade emancipatória para estes sujeitos, pois não saber ler, escrever ou fazer um simples cálculo matemático os colocou em desvantagem em relação aos ditos “escolarizados”.

Entender as finalidades precípua do EJA é compreender que sua criação foi projetada para reparar os danos causados, durante centenas de anos à população que não tinha acesso à educação. Assim, justifica-se o objeto de estudo dessa investigação: evasão escolar e andragogia, tendo em vista que os problemas causadores da evasão escolar podem advir durante a execução do ensino, em sala de aula, gerando várias especulações sobre os problemas de pesquisa: O que leva a evasão escolar dos alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA? Como utilizar a andragogia e meio a concepção deficitária de educação para todos?

Dessa forma, foi planejada a organização de um artigo em que se pretende analisar os motivos que causam a evasão escolar na modalidade EJA. E, a partir dessa finalidade, especificamente, buscou-se: elencar os principais motivos que levam os alunos adultos a

deixarem de frequentar as aulas da EJA antes de concluir as etapas; e abordar de que forma os professores podem utilizar a andragogia para lhes auxiliar a superar suas dificuldades no ambiente pedagógico.

Na primeira seção do artigo fez-se abordagens sobre a Andragogia, enquanto ciência capaz de promover o aprendizado do adulto. Na segunda seção fez-se breve histórico sobre a modalidade EJA e evasão escolar, bem como suas causas à luz de Brandão (1985), Barcelos (2012), Freire (1987; 2011) e outros estudiosos. E, por último, a conclusão da pesquisa, apresentando-se uma breve interrelação entre os dados coletados com a revisão de literatura realizada, e sua relação com os objetivos da pesquisa.

## 2 MÉTODOS

Os resultados da dissertação foram obtidos através do uso dos métodos de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e abordagem descritiva, sendo selecionados estudos na base de dados de revistas indexadas através do uso do recurso Google Acadêmico. Foram selecionados estudos que, por critério de inclusão, estivessem escritos em língua portuguesa, publicados entre 2010-2021 e que não contivessem somente o resumo. Os dados foram analisados através da análise de conteúdo e interpretação e organizados por seções.

## 3 RESULTADOS

### 3.1 ANDRAGOGIA COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA

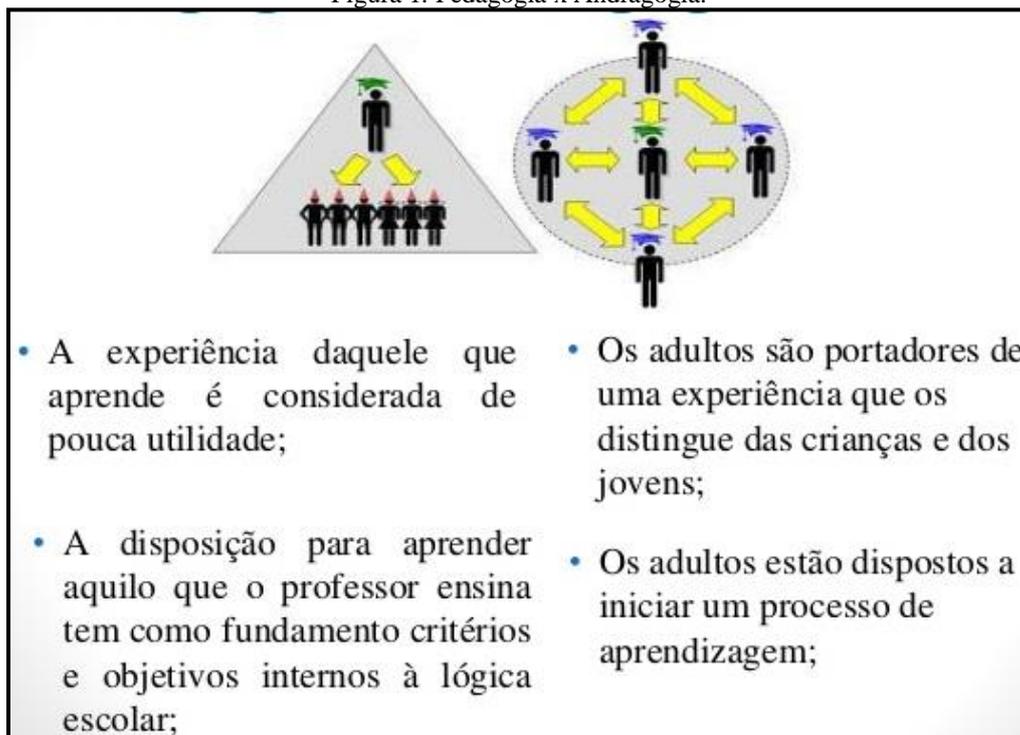
O modelo de Andragogia que foi abordado nessa pesquisa contribui na aprendizagem de jovens e adultos por possuir uma didática voltada especificamente para contextos educativos muito heterogêneos e diversificados. Uma prática inicia-se na década de 1950, em um estudo de Malcolm Knowles, ao buscar compreendê-la como “[...] arte e a ciência de ajudar os adultos a aprender” (OSÓRIO, 2013, p. 93).

Andragogia baseia-se em pressupostos de aprendizagem e de ação com os adultos, considerando-se como salto qualitativo no momento de estudar, compreender e praticar sua finalidade educacional, por isso, é importante que os professores que atuam na Andragogia devem participar de programas de formação continuada para atuarem nesse novo modelo de ensino.

O termo Andragogia deriva do grego *andrós* (homem) e *gogia* (guiar ou conduzir) referindo-se à condução de adultos. Se diferencia da pedagogia por possuir uma metodologia específica e direcionada às faixas etárias mais elevadas. A principal diferença é que a primeira leva em conta o conhecimento tácito e a experiência acumulada pelos adultos ao longo da vida. E por estar fortemente vinculada à qualificação para o trabalho, considera a experiência profissional como elemento fundamental dos seus métodos educativos (BRESSIANI; ROMAN, 2017).

Assim como há uma ciência que ensina as crianças e adolescentes também passa a ter uma específica para adultos, pois se destina a uma realidade de públicos completamente distinta, ou seja, separou-se o modelo pedagógico tradicional pensado para ensinar crianças e adotou-se o modelo andragógico para ensinar adultos como ilustrado na Figura 1 (GADOTTI, 2011).

Figura 1. Pedagogia x Andragogia.



Fonte: Gadotti (2011).

É nesse sentido que os procedimentos metodológicos adotados pelo professor são fundamentais para que a estética resida em todos os momentos e processos de aprendizagem, pois esta faz do sujeito cognoscente um protagonista, um leitor e criador de ideias, a educação estética está diretamente ligada a esse espaço criado pela liberdade,

respeito alimentado pela amorosidade e beleza das práticas pedagógicas e se desenvolveu em seis princípios conforme a figura 2 (ALVARES, 2018).

Figura 2. Princípios da Andragogia.

Princípios	Princípios
1. Necessidade de conhecer	4. Prontidão para aprender
2. O autoconceito do aprendiz	5. Orientação para aprendizagem
3. O papel da experiência	6. Motivação

Fonte: Alvares (2018).

**1. Necessidade de conhecer (O porquê, O quê, Como):** Adultos precisam saber por que necessitam aprender algo antes de começar a aprendê-lo. Por isso, a primeira tarefa do facilitador é ajudar os aprendizes a se conscientizarem da “necessidade de saber” (BECK, 2018);

**2. O autoconceito do aprendiz (Autônomo, Autodirigido):** Os adultos possuem um autoconceito de ser responsáveis pelas próprias decisões, pelas próprias vidas. Dessa forma, desenvolvem uma profunda necessidade psicológica de serem vistos e tratados pelos outros como capazes de se autodirigir. Eles se ressentem e resistem a situações nas quais percebem que os outros estão impondo suas vontades sobre eles (BECK, 2018);

**3. O papel da experiência (Recursos, Modelos mentais):** Os adultos se envolvem em uma atividade educacional com um volume maior de experiências de qualidade diferente em relação aos mais jovens. Por ser mais velhos, acumular mais experiência de vida, acarreta consequências para a educação de adultos (BECK, 2018);

**4. Prontidão para aprender (Relacionado à vida e às tarefas de desenvolvimento):** Os adultos têm predisposição para aprender aquilo que devem saber e precisam para se tornar capacitados para enfrentar as situações da vida real. Uma fonte particularmente rica de “prontidão para aprender” são as tarefas associadas à passagem de um estágio de desenvolvimento para o próximo (BECK, 2018);

**5. Orientação para aprendizagem (Centrado no problema, contextual).** Os adultos são centrados na vida (ou centrados na tarefa ou no problema) quanto à sua orientação para aprendizagem. Os adultos são motivados a aprender conforme percebem que a aprendizagem os ajudará a executar tarefas ou lidar com problemas que vivenciam em sua vida (BECK, 2018);

**6. Motivação (Valor intrínseco, recompensa pessoal)** Os adultos respondem a fatores motivacionais externos (melhores empregos, promoções, salários mais altos),

porém os fatores motivacionais mais poderosos são as pressões internas (o desejo de ter maior satisfação no trabalho, autoestima, qualidade de vida) (BECK, 2018).

A Andragogia surge como uma proposta de ensino, com diversos métodos, técnicas e ferramentas, que ao passar dos anos se torna cada vez mais concreta e presente nas instituições de ensino de todo o mundo. Diversos educadores publicam livros anualmente, eventos específicos de educação de adultos acontecem frequentemente e a internet nos permite, através dos mecanismos de buscas, encontrar ótimos artigos e trabalhos sobre as práticas andragógicas (BECK, 2018).

O modelo denominado “Andragogia x Pedagogia propunha diferenciar a educação de crianças e adultos. Não sendo mais cabível que os mesmos métodos e didática sejam aplicados igualmente para segmentos diferentes. O modelo de ensino não deve ser uno, mas construído de acordo com a modalidade de educação e adaptado conforme as necessidades dos educandos, sendo fundamental a utilização de outra didática e metodologia (PEDRALLI; RIZZATTI, 2013).

A educação de adultos será através de situações e não de disciplinas. Nosso sistema acadêmico cresce em ordem inversa: disciplinas e professores constituem o centro educacional. Na educação convencional é exigido do estudante ajustar-se ao currículo estabelecido; na educação de adultos, o currículo é construído em função da necessidade do estudante (BECK, 2018, p. 8-9).

A experiência do adulto advém de uma forma disciplinar de viver, ele traz na bagagem a vivência da casa, do trabalho, das relações familiares, entre outras. Assim, a construção do modelo pedagógico para a fase adulta deve ser provida de disciplinas a partir da realidade de vida, de forma que atenda suas necessidades de aprendizado. O processo educacional deve visar ao máximo o adulto aprendiz, os textos e professores são auxiliares e mediadores do saber, valorizar o que esses alunos trazem de conhecimento é primordial para pleno desenvolvimento da aprendizagem, ou seja, o ensino deve partir do conhecimento empírico, da bagagem cultural que o estudante tem, assim, o currículo deve adequar-se ao educando. Desta forma, é possível inferir que à Andragogia, enquanto ciência é um importante referencial teórico metodológico no processo de aprendizagem de adultos, levando em consideração suas experiências previamente adquiridas (BECK, 2018).

### 3.2 OS ADULTOS NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Antes do surgimento da EJA no país já eram ensinados os adultos na época do Brasil Colônia. Posteriormente, o ensino continuou em escolas tradicionais, os movimentos, as lutas em defesa da EJA, bem como os defensores em prol de um processo educativo para as classes populares para que eles pudessem se libertar da opressão.

Na era colonial, a educação de adultos aconteceu gradativamente através de atividades promovidas pelos religiosos jesuítas que se destinavam às pessoas adultas, brancos e índios, baseada nos estudos clássicos europeus. Nessa época iniciou no Brasil a EJA não formalizada por lei. As consequências negativas do processo de colonização das terras brasileiras deixaram no povo marcas profundas por toda parte do território, inclusive, até hoje no sistema escolar brasileiro, que apresenta alto índice de analfabetismo, sendo uma herança dos colonizadores portugueses, que não vieram para o Brasil para se estruturar e criar uma sociedade, vieram simplesmente para explorar o ouro, a madeira, a cana. Não contribuíram com o cultural, nem com o ensino técnico e, sequer, com a instrução básica do povo brasileiro (MEIRELLES, 2020).

O modelo antigo de Educação perdura durante séculos e seu significado pedagógico tem raízes culturais profundas, que remonta os primeiros passos educacionais da antiguidade grega, refletindo no modelo educacional implantado no sistema de ensino do Brasil. Diante do esforço missionário de ensinar prevaleceu, na época, as diretrizes da política econômica portuguesa com a expulsão dos jesuítas, ocorrida no século XVIII, que desorganizou o ensino até então estabelecido, sendo necessário adotar novas medidas, modelo e professores (SALDANHA, 2019).

Desde os professores jesuítas aos professores régios nas capitais das províncias, as mudanças sistemáticas realizadas na educação foram significando, de certo modo, um atraso na qualidade do ensino por causa do despreparo desses novos professores, isso relacionado ao domínio das matérias ensinadas, da improvisação e da baixa remuneração recebida pelos professores (SALDANHA, 2019).

Leôncio de Carvalho, por meio do Decreto de 19 de abril de 1879, reformou a instrução pública primária e secundária no Município da Corte e o ensino superior em todo o Império, este deu origem ao Pareceres/Projetos de Rui Barbosa intitulados Reforma do Ensino Secundário e Superior (1882) e Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública (1883). Nesse Decreto autorizava o governo a criar ou

auxiliar, nas províncias, cursos para o ensino primário, permitindo que os escravos frequentam as escolas (SALDANHA, 2019, p. 48).

No Relatório de 1878, o Ministro Leôncio de Carvalho chamou atenção da Assembleia Legislativa para a importância da criação de cursos para a educação primária destinada aos adultos. A partir dessa aprovação foi instituída a liberdade de ensino e de frequência, as críticas foram intensas e as polêmicas ajudaram a propagar a importância do ensino formal. Embora os objetivos fossem outros, o adulto deu início a um longo período de espera a esse direito que por séculos fora negado (SALDANHA, 2019).

No dia 9 de janeiro de 1881, foi sancionado pelo Imperador a mais importante legislação eleitoral do Brasil, através do Decreto n.º 3029, sendo regulamentada após sete meses através do Decreto n.º 8213 de 13 de agosto de 1881 [...]. A presente lei recebeu o nome de Lei Saraiva ou Lei do Censo, e determinava o voto direto nas eleições em todo o Reino e em seu preâmbulo determinava a realização de um censo em todo o Reino com vista a ser efetuado o alistamento dos eleitores (MOREIRA, 2011, p. 103).

A Lei Saraiva apresentou um forte cunho político de decisão educacional na vida da cidadania do país. Essa lei revolucionou a educação cidadã, uma vez que incluiu as pessoas adultas nas eleições democráticas representativas na qual eram listadas no censo e teriam direito a eleger os seus representantes legítimos nas instâncias de poder (MOREIRA, 2011).

Após a proclamação da Independência do Brasil foi outorgada a primeira constituição brasileira e no artigo 179 dela constava que a “instrução primária era gratuita para todos os cidadãos”; mesmo a instrução sendo gratuita não favorecia as classes pobres, pois estes não tinham acesso à escola, ou seja, a escola era para todos, porém, inacessível a quase todos, no decorrer dos séculos houve várias reformas (MOREIRA, 2011).

A constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O processo de industrialização gerou a necessidade de se ter mão de obra especializada, na década de 1940 o governo lançou a primeira campanha de Educação de adultos, tal campanha propunha alfabetizar os analfabetos em três meses (GADOTTI, 2011).

Figura 4. Três fases da EJA no Brasil.

Fases da EJA no Brasil		
1946	De 1958 a 1964	A partir de 1965
<ul style="list-style-type: none"><li>• Cruzadas nacionais para erradicar o analfabetismo.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Plano Nacional de Alfabetização de Adultos</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cruzada do ABC.</li><li>• MOBRAL.</li></ul>

Fonte: Baseado em Gadotti (2011).

A primeira fase se iniciou em 1946, em que foram realizadas grandes campanhas nacionais de iniciativa oficial, chamadas de “cruzadas”, sobretudo para “erradicar o analfabetismo” (GADOTTI, 2011).

Na segunda fase da EJA (1958 a 1964) foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, que contou com a participação de Paulo Freire. Partiu daí a ideia de um programa permanente de enfrentamento do problema da alfabetização que desembocou no Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964, depois de um ano de funcionamento (GADOTTI, 2011).

A 3.ª fase da EJA no Brasil inicia-se com o governo militar, o qual insistia em campanhas como a “Cruzada do ABC” (Ação Básica Cristã) e posteriormente, com o MOBRAL (GADOTTI, 2011).

A educação de adultos passou por grandes progressos e retrocessos, os interesses particulares se sobreponham ao coletivo contribuindo para que a EJA trouxesse em sua história marcas profundas de estigmas que correram séculos.

Gadotti (2011) destaca a política do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que representou um marco histórico da Educação de Jovens e Adultos consolidando, desse modo, o processo de redemocratização do país.

O mundo ‘despertou’ para importância que a educação tem na vida do ser humano, não somente para as pessoas dos países desenvolvidos, mas para todos do universo. Nessa perspectiva, a Declaração das Nações Unidas garantiu que todos têm direito à educação. Iniciou-se, de fato, a construção de educação popular, pois havia a necessidade de educar os recrutas analfabetos.

Ainda no ano 1990 foi lançado o PNAC (Programa Nacional de Alfabetização Cidadania), que proporcionou uma ambiciosa estratégia de mobilização nacional, contudo o mesmo não foi instaurado devido à crise do governo do presidente Fernando Collor, pelo impeachment. Tempo depois o MEC formalizou em destinar mais recursos na educação infantil do que na EJA, objetivando reduzir a geração de analfabetos. A União voltou a investir na EJA

no ano de 1997, com o Programa Alfabetização Solidária, que atendia os municípios com maiores taxas de analfabetismo (SOUZA et al., 2013, p. 23).

Esse conjunto de fatos históricos foi importante para o desenvolvimento e as mudanças necessárias da EJA no país. O ensino supletivo foi implantado com a Lei n.º 5.692/1971, nesta, um capítulo específico foi criado para abordar as diretrizes para o EJA. Em 1974 o MEC propôs a implantação dos Centros de Estudos Supletivos (CES), tais centros tinham influências tecnicistas devido à situação política do país naquele momento. Esse movimento passou a ser chamado, em 1985, de Fundação Educar, esta tinha como escopo erradicar o analfabetismo (SOUZA et al., 2013).

A Constituição Federal - CF de 1988, trouxe em seu texto muitos benefícios à educação, foi dedicado uma seção que inicia no Art. 205 e vai até o Art. 214. A Lei 9.394/1996 apresenta a EJA como modalidade de ensino destinada a jovens e adultos que não tiveram acesso ou não deram continuidade à educação na idade certa, é ofertado aos jovens a partir dos 15 e adultos aos 18 anos completos.

Após a CF/88 e LDB/96, o ensino ganhou grandes perspectivas, apesar do cenário político está se democratizando, a educação, através das leis, apresentava indícios de significativa evolução. O direito mais amplo à Educação básica, para atender especificamente aos jovens e adultos só foi possível nesta constituição. Desse modo, cito como embasamento teórico o pensamento de Paulo Freire, que de modo particular, ressalta as lembranças de um contexto histórico importante para a alfabetização de pessoas adultas.

As instituições de ensino têm um papel primordial no acompanhamento da formação do aluno do início ao fim, especialmente da EJA, que enfrenta muitas dificuldades ao longo do tempo em que a escola deve aprender e ensinar a conviver com as experiências e histórias de alunos adultos que possuem suas culturas já enraizadas (GADOTTI, 2011).

Nessa linha de interpretação, Gadotti (2011) assegura que o ensino de jovens e adultos deve ir além da capacidade de ler. Essa modalidade educacional deve mergulhar profundamente no conhecimento popular, nas raízes da tradição e até na “estrutura de pensamento” que se move em direção ao processo contínuo de alfabetização dentro do sistema de ensino, de modo que esse tipo de educação proporcione condições de formar

cidadãos críticos, livres, atuantes, reflexivos e autônomos, buscando melhores oportunidades de vida profissional, estando preparados para o mercado de trabalho.

Mesmo tendo recebido o apoio legal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação– o FUNDEB – em vigor a partir de 2007, as políticas públicas para esse segmento não modificaram de forma significativa o cenário educacional do início do século, tanto em relação à erradicação do analfabetismo adulto quanto ao incentivo à continuidade dos estudos desse alunado (VIEGA; MORAES, 2017, p. 472).

De acordo com os PCN+, a EJA tem que desempenhar três funções específicas que são: reparadora, equalizadora e qualificadora. O indivíduo tem direito a uma educação de qualidade e reconhecimento ontológico, ele precisa da restauração desse direito negado. A equalização está relacionada às condições de oportunidade que devem ser dadas a todos os seres humanos que desejam estudar, tratá-los da mesma forma dando-lhes as mesmas possibilidades de crescimento intelectual, de trabalho e social, não importando se é um jovem de 19 ou um senhor de 50 anos. E por fim, a qualificadora diz respeito a continuidade dos estudos, baseia-se pela ideia de nós seres humanos sermos considerados inacabados, é essencial promover a ideia de que, quanto mais se evolui nos estudos, mais aumenta o grau de qualificação (VIEGA; MORAES, 2017).

É através da Corrente Pedagógica que muitos professores pautam sua prática docente, pois, ao tomar conhecimento que há um norte a seguir e que a instituição tem sua linha filosófica definida, o professor busca atender os princípios estabelecidos para alcançar as metas e objetivos de ensino e aprendizagem propostos pela escola, a partir de então busca aliar com suas convicções pessoais, profissionais, políticas e sociais, construindo uma prática educativa estruturada, esclarecedora e democrática (MENEZES; SANTIAGO, 2014).

É nesse sentido que a formação continuada de professores se faz necessária, para que a escolha da tendência pedagógica seja uma prioridade assertiva e necessária para o cumprimento de regra que impeçam a fragilização do ensino (liberdade demais aos alunos) e a má qualidade no ensino (MENEZES; SANTIAGO, 2014).

#### **4 DISCUSSÃO**

A educação é um direito de todos e essencial para a evolução do ser humano, além de propiciar uma cultura de paz e respeito a humanidade. Desse modo, a alfabetização de

criança e a EJA podem ser considerados pilares importantes para o desenvolvimento de diversas habilidades, como promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, promover a integração das pessoas, formando cidadãos.

Em relação a Andragogia os estudos de Beck (2018) e de Libâneo (2011) entende que ensinar adultos é uma arte, é uma das vertentes da ciência da educação, onde se aprende sobre os adultos e se utiliza os melhores métodos para ensiná-los. A tarefa não é equilibrar a teoria e a prática, mas transformar a teoria. Logo, pode-se entender que o problema está mais no modelo de ensino que propriamente na prática. Sendo uma vertente da Ciência da Educação onde se aprende sobre os adultos e são utilizados os melhores métodos para ensiná-los.

Gouveia e Silva (2020) também se utilizam dos fundamentos de Beck (2018) para confirmar que as políticas educacionais demoraram a considerar que adultos não aprendem como crianças. Portanto, não pode ser baseada nos princípios pedagógicos e sim nos pilares andragógicos. Isso quer dizer que na Andragogia o adulto é o sujeito da educação e não meramente o objeto dela. Em outras palavras, Beck (2018) deixou claro que a Andragogia propõe autonomia, colaboração e a autogestão da aprendizagem, atributos importantíssimos para quem deseja crescer profissionalmente.

Por isso, tanto a formação inicial dos professores da EJA como a formação continuada estão sendo severamente criticadas nos estudos de Meirelles (2020) e no estudo de Menezes e Santiago (2014), pois há queda na qualidade de ensino e do preparo dos docentes para enfrentar situações complicadas em relação ao ensino para esse público. Apenas a formação generalista não é suficiente. É preciso que os cursos ofertados considerem especificidades, os faça entender a diversidade de pessoas e de idades, enfrentar a personalidade formada e trabalhar com culturas diferentes.

Para minimizar essa defasagem, a formação continuada ao longo da carreira profissional pode contribuir para os docentes dessa modalidade de ensino, na troca de experiências com seus pares, uma ação mais eficiente, levando-os na direção de um trabalho pedagógico preparado a enfrentar a diversidade cultural de seus alunos e, por consequência, melhorar o desenvolvimento destes. No entanto, a atuação dos professores da EJA é uma das mais complexas e um dos maiores desafios da atualidade. Vários são os problemas, dentre eles estão a falta de interesse e prioridade em relação às políticas públicas e ações do governo, a diversidade de alunos com problemas graves e diversos,

falta de estrutura escolar, falta de formação continuada para atender esse público específico e a crença que é uma modalidade de ensino fácil de atuar (BARCELOS, 2012).

Chega-se ao século XXI e a atual sistemática da EJA ainda é baseada no mesmo modelo pedagógico de ensino que era criticado no século XIX. Continua arraigada na ideia de que qualquer pessoa que saiba ler e escrever pode se converter em alfabetizador, assim como a ideia de que qualquer educador o é automaticamente – pelo fato de sê-lo um educador de adultos. É típico que se passe a ver o professor da escola como depositário natural da tarefa de alfabetizar adultos. É com esse tipo de pensamento que o Brasil continua com milhões de analfabetos (BARCELOS, 2012).

Tanto os estudos de Fumis et al. (2015) com os de Gouveia e Silva (2020) salientam que a improvisação no ensino da EJA é uma prática constante. Os professores, em sua maioria, nunca fizeram sequer um curso de aperfeiçoamento voltado para EJA, provando que não existe prática sem teoria ou teoria sem prática para realizar a construção do processo de ensino e aprendizagem e estão indissociáveis na atuação de um trabalho de qualidade. Soma-se ainda a vivência e a experiência que teorizar e auxiliar na construção do conhecimento pelos alunos da EJA.

Draganov e Sanna (2016) entendem que uma solução possível para a mudança da realidade pode ser a formação continuada centrada nos objetivos e elementos da Andragogia, ao propor um método de aprendizagem muito mais autônomo, no qual o adulto é sujeito atuante na educação e não apenas objeto dela. Por isso, são incluídos nos processos de aprendizagem fatores como experiência, valores pessoais e habilidades profissionais. No contexto organizacional, isso é muito relevante, uma vez que estimula o conhecimento prático, tornando o aprendizado mais prazeroso e dinâmico.

Nesse aspecto, Carvalho (2016) considera a relevância da andragogia no ensino de adultos em conseguir fornecer ambientes, técnicas e metodologias de ensino que realmente estejam adequadas à realidade desse público. Ao contrário das crianças, que ainda não têm objetivos profissionais ao aprender, os adultos necessitam encontrar uma motivação em tudo, caso contrário, eles não terão interesse em continuar fazendo o curso, e a consequência será o fracasso escolar: a evasão.

O problema da evasão e da repetência escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, essas dificuldades são diversas, a gestão escolar, professores, alunos e pais de alunos buscam soluções, porém o próprio

processo de escolarização não vem sendo suficiente para fortalecer e manter esses alunos em sala de aula, tornando-os reféns da ignorância e dos problemas sociais que permeiam esse ambiente (AZEVEDO, 2019).

As diferentes realidades apresentam-se no aspecto cultural, o ideal de igualdade de oportunidade do direito ao ensino proposto e defendido pela legislação torna-se uma obrigatoriedade, porém é notório que a comunidade enxerga a gritante diferença das classes sociais e suas vantagens em relação a população menos favorecida. Desse modo, é necessário conscientizar os alunos para que isso não seja um fator desmotivador da educação (AZEVEDO, 2019).

Tanto a abordagem teórica de Draganov e Sanna (2016) como a de Carvalho (2016) consideram que o uso do método ativo de educação, um método de diálogo-crítico e que convida à crítica, modifica-se o conteúdo dos programas de educação. Este é o primeiro passo para que seja possível iniciar qualquer processo de mudança, pois, a confiança entre educador e educando é primordial. Da mesma forma que se torna essencial buscar meios para captar a atenção e o interesse infantil em salas de aula, também é indispensável pensar nessas soluções para os adultos. Com isso, se obtém uma educação mais eficiente e qualificada. Para isso, segundo exposto por Azevedo (2019) são utilizadas estratégias customizadas que já fazem parte do projeto de educação corporativa de muitas empresas.

A EJA necessita de profissionais preparados para lidar com as especificidades do educando. Para ser um professor habilitado é preciso ser perito da área (possuir qualificação específica) de atuação, com a conclusão de curso de aperfeiçoamento ou especialização na área de EJA, especificamente. Essa qualificação do docente é essencial para adequar sua prática pedagógica à modalidade de ensino, propiciando qualidade de ensino e aprendizagem.

Na abordagem teórica de Gouveia e Silva (2020) e de Beck (2018) constatar o quão importante é ao professor entender a origem de seus alunos da EJA. A maioria, certamente, é oriunda de família com histórico de problemas econômicos e sociais, as características são que muitos já trabalham, já têm filhos e outros estão desempregados. Levando em consideração essas informações, acredita-se que devido à ênfase dada no aspecto cultural, as diferenças entre as classes sociais ficam ofuscadas, muito embora

existam preceitos de igualdade de oportunidade no ensino, a desigualdade de condições financeiras e de acesso não permite a igualdade de direitos.

Fatores elencados como motivos para que ocorra a evasão escolar segundo Gadotti (2011), é o trabalho, o aluno para de ir à escola porque tem que trabalhar para ajudar o sustento próprio e de sua família; condições precárias de acesso como falta de transporte para os que moram longe e de segurança no trajeto para ir e retornar; os horários incompatíveis com a chegada do trabalho, muitos perdem a primeira hora aula e conteúdos e vão se sentindo desestimulados; falta de professor; material didático; assim como não vêm importância do que estão estudando para o cotidiano, pois consideram estar perdendo tempo na escola.

Nesse sentido, os alunos vão aprendendo a não valorizar o ensino conforme assevera Libâneo (2011, p. 34). “Na verdade, o que pretendem os opressores ‘é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprimem’, e isto para que, melhor adaptando-os a esta situação, melhor os domine”. Ou seja, é melhor transformar a forma de pensar da sociedade do que dar-lhe conhecimento para que possam refletir, assim os oprimidos sempre estarão sob o poder do sistema, causando dependência, temendo a liberdade a ponto de sentir-se mais seguro servindo os opressores.

Toda a sociedade precisa contribuir para que não ocorra a evasão escolar, conforme asseguram Carneiro et al. (2020), a garantia do acesso e permanência com êxito do aluno da EJA, são metas e objetivos da população também, tendo em vista que toda família almeja um povo educado, melhoria de qualidade de vida e bem-estar social, sendo que para alcançar essa meta é preciso incentivar, respeitar as diferenças e ser colaboradora tanto da escola quanto de outras famílias, bem como o empregador compreender o horário de estudo do aluno e liberá-lo a tempo de chegar na escola para assistir todas as aulas, pois quando ele chega, sempre atrasado e perde conteúdo, isso vai desmotivando até chegar ao ponto de abandonar.

Desse modo, tem-se um olhar diferenciado para os educandos da EJA, valorizando o conhecimento empírico e seu contexto de vida, pois muitos trabalham, têm filhos e isso acaba sendo um empecilho para a continuidade dos estudos, é preciso, acima de tudo, apoio da família, da escola e dos professores.

## 5 CONCLUSÃO

Por meio da revisão de literatura foi possível alcançar os objetivos e responder o problema. Confirmou-se a hipótese: garantir o direito ao acesso à educação, manutenção na escola e formação dos educandos da EJA, tornou-se uma luta para resgatar e garantir um preceito constitucional, o qual objetiva reparar a desigualdade social e de direitos. Quando se fala em políticas públicas para educação, especificamente para EJA, trata-se de propostas que contemplem, também, a saúde, o emprego, a moradia dentre tantos outros que proporcionem não somente igualdade de direitos, como também equidade, proporcionar possibilidades de novas conquistas melhora as condições sociais básicas e eleva o autoestima, colaborando significativamente para a redução dos índices de evasão escolar.

Uma proposta salutar, referida pelos autores analisados, foi a formação continuada dos professores de EJA na concepção de ensino andragógica, a qual busca fomentar um aprendizado aplicável, claro e relevante para o conhecimento do aluno, tão mais que o conhecimento do professor/instrutor. Sendo assim, entram em sala as experiências de vida, os valores pessoais e as habilidades profissionais. Ficam do lado de fora a inflexibilidade, as respostas prontas e as metodologias ultrapassadas.

A Andragogia pode contribuir na capacitação de equipes, isso porque ela se apresenta como um caminho educacional diferente e eficiente para qualificar adultos através de metodologias, técnicas e recursos específicos para esse público. O aluno adulto aprende com seus próprios erros e acertos e tem imediata consciência do que não sabe e o quanto a falta de conhecimento o prejudica. É preciso ter a capacidade de compreender que na educação dos adultos o currículo deve ser estabelecido em função da necessidade dos estudantes, pois são indivíduos independentes autodirecionados.

Na Andragogia a aprendizagem adquire uma particularidade mais localizada no aluno, na independência e na autogestão da aprendizagem, para a aplicação prática na vida diária. Os alunos adultos estão preparados a iniciar uma ação de aprendizagem ao se envolver com sua utilidade para enfrentar problemas reais de sua vida pessoal e profissional.

Nesse processo os alunos adultos aprendem compartilhando conceitos, e não somente recebendo informações a respeito. Desta coexistência e participação nos processos de decisão e de compreensão podem derivar contornos originais de resolução

de problemas, de liderança, identidades e mudanças de atitudes em um espaço mais significativo.

Chegou-se a conclusão de que o modelo andragógico é uma das estratégias de ensino para esse público, por desenvolver a aprendizagem a partir da vivência histórica e social estabelecida pelo aluno. Por isso, recomenda-se às autoridades educacionais que respeitem as políticas públicas educacionais e promovam formação continuada para professores, palestras motivacionais, bolsa estudantil e até mesmo empregos por meio de parcerias com empresas públicas e privadas.

## REFERÊNCIAS

ALVARES, Sonia Carbonell. Educação Estética Para Jovens E Adultos. **Revista de Cultura da Universidade do Recife**, Recife, n. 4, p. 5-23, abr./jun. 2018.

AZEVEDO, Francisca Vera Martins de. Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Expedito Alves”, Revista Nova, a. 4, v. 2, p. 13-39, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2JHptz5>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

BARCELOS, Valdo. **Formação de Professores para Educação de Jovens e Adultos**. 5.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BECK, Caio. As Premissas do Modelo Andragógico. **Revista Conceitos**, v. 1, n. 17, p. 3-34, nov. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal da República do Brasil**. Promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945**. Disposições regulamentares destinadas a reger a concessão do auxílio federal para o ensino primário.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BRESSIANI, Lucia; ROMAN, Humberto Ramos. A utilização da Andragogia em cursos de capacitação na construção civil. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 24, n. 4, p. 745-762, Dez. 2017.

CARNEIRO, Auner Pereira et al. A experiência andragógica de educação e produção textual científica do grupo de pesquisa interinstitucional sobre desenvolvimento municipal regional (UENF/UNIFLU/CNPq). *Revista Eletronica da Faculdade de Direito de Campos*, v. 5, n. 1, 2020.

CARVALHO, José Ricardo. Andragogia: saberes docentes na educação de adultos. **Revista Diálogos Acadêmicos**, Fortaleza, v. 5, n. 2, jul./dez. 2016.

DRAGANOV, Patricia Bover; SANNA, Maria Cristina. Competências andragógicas dos docentes enfermeiros que atuam na graduação em enfermagem paulistana. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 155-182, mar. 2016.

FUMIS, J.; COSTA, R. D. A. D.; LOPES, P. T. C. Perfil socioeconômico e educacional de alunos de EJA-EAD: compreendendo os motivos de seu retorno à sala de aula. **Revista Ampliar**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2015.

GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Atlas, 2011.

GOUVEIA, Daniele da Silva Maia; SILVA, Alcina Maria Testa Braz da. A ampliação da faixa etária da EJA e o convívio intergeracional: pontos e contrapontos. **Revista Científica Interdisciplinar**, v. 2, n. 3, p. 143-154, 2020.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2011.

MEIRELLES, Kelen. Reflexões históricas e considerações teóricas em torno da educação a distância e da educação de adultos. *Revista EDaPECI - Educação a Distância e Práticas Educativas Comunicacionais e Interculturais*, v. 20, n. 2, 2020.

MENEZES, Marília Gabriela de; SANTIAGO, Maria Eliete. Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório. *Pro-Posições*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 45-62, dez. 2014.

MOREIRA G. et al. A evasão escolar nas aulas de química na concepção de professores. **II CINTEDI**, 16-18 de novembro de 2016.

MOREIRA, Ricardo. Sistema eleitoral brasileiro: evolução histórica: a Lei Saraiva. **Jus Navigandi**, 6 de novembro de 2011.

OSORIO, A. **Educação Permanente e Educação de Adultos**. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 2013.

PEDRALLI, Rosângela; RIZZATTI, Mary Elizabeth. Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos: problematizando o fenômeno com enfoque na cultura escrita. *RBLA*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 771-778, 2013.

SALDANHA, Leila. **Histórico da EJA no Brasil**. Web-artigos.com, 12 de maio de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3ocGrnX>. Acesso em: 2 de janeiro de 2021.

SOUZA, F.R; ALTO, Panmella B; SILVA, Zilmara Santos da. Evasão escolar na educação de jovens e adultos: um estudo de caso na Escola De Ensino Fundamental E Médio Pio XII. 2013. 134 f. Monografia (Graduação em Pedagogia). Faculdade Norte Capixaba de São Mateus, Rio de Janeiro, 2013.

VIEGAS, A. C. C.; MORAES, M. C. S. Um convite ao retorno: relevâncias no histórico da EJA no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 1, p. 456-478, jan.mar, 2017.